

Troca de boa vontade o conselho de que é preciso ter calma pela tónica da mudança. Tão-pouco se importa que lhe digam que é do contra quando se trata de defender aquilo em que acredita. António Sampaio da Nóvoa, reitor da Universidade de Lisboa, fala do que é preciso fazer a nível do ensino superior.

ENTREVISTA ANA PAGO FOTOGRAFIA RUI COUTINHO

Tomou esta semana posse como reitor da Universidade de Lisboa (UL). Que projectos tem em agenda para o futuro próximo?

A UL está com uma dinâmica de mudança muito forte, procurando mobilizar a comunidade académica, e dois aspectos fundamentais são a internacionalização e a necessidade de reorganizar o espaço do ensino superior, nomeadamente em Lisboa. Tudo o que passe por atrair estudantes, professores e investigadores estrangeiros e dar maior centralidade internacional à UL será prioritário. Depois é preciso que Lisboa se assuma como cidade universitária de referência, que a marca universitária esteja mais presente do ponto de vista cultural, da formação e da própria cidade. «Lisboa Cidade Erasmus» é um projecto a que a UL tem dado corpo. **E quanto a medidas que consolidem essa dinâmica?**

Há três pontos muito importantes a nível interno. O primeiro passa por melhor integração dos institutos e centros de investigação no espaço universitário: é importante não colocar «universidade» por um lado e «investigação» por outro, mas conceber a universidade tendo como referência as estruturas de investigação, sem que isso implique descurar uma formação de base humanística, científica e cultural dos estudantes, que é a razão de ser da universidade. Um segundo ponto é a reorganização da UL em torno de grandes áreas do saber, acabando com as divisões em fronteiras institucionais rígidas e permitindo justamente que possa emergir uma formação de base mais ampla, uma ideia forte de educação superior. E por último há um progra-

ma de modernização e reorganização da gestão da UL com vista a uma maior partilha de recursos dentro da universidade. O facto de a UL ter um *campus* na cidade facilitará a mobilidade de estudantes entre as faculdades e a utilização mais eficiente dos recursos comuns.

É em nome dessa eficiência que faz sentido fundir numa mesma instituição as escolas do Instituto Politécnico de Lisboa e as de enfermagem com as faculdades da UL?

Devemos seguir as melhores práticas internacionais e em quase todos os países europeus se assiste à articulação e integração quer de instituições universitárias (e aqui estamos a fazê-lo por via de programas de doutoramento entre as universidades de Lisboa), quer entre universidades e escolas politécnicas. A Universidade de Amesterdão, por exemplo, tem no seu plano estratégico uma frase simbólica a que eles chamam *two institutions in one*, juntando as instituições universitária e politécnica. Também em Nova Iorque o politécnico e a universidade estão em processo de integração e o mesmo sucede em Barcelona, na França e na Finlândia... Hoje em dia há a percepção de que é preciso ganhar escala para uma melhor integração no espaço europeu de ensino superior. Claro que uma instituição grande não é necessariamente uma instituição melhor, mas a massa crítica depende também do tamanho.

A chave está neste processo de reorganização? É o único caminho que permitirá democratizar e expandir o ensino superior a camadas cada vez mais alargadas da população e, ao mesmo tempo, ter no topo programas e institutos de

excelência. Se separarmos estas duas dimensões ficaremos com instituições de primeira e de segunda e eu não defendo essa solução. Precisamos de grandes instituições que acolham uma diversidade de públicos e de formações, mas que possam responder simultaneamente aos desafios da formação de base e da investigação científica de excelência.

Considera então que o processo de Bolonha pode ser positivo no aspecto de querer reforçar a mobilidade e a investigação que fará da Europa – dizem – a economia do conhecimento mais competitiva nos próximos anos?

Uma parte dos processos que referi está também ligada à dinâmica de Bolonha. A partir do momento em que se define uma estrutura em três ciclos e em que os diplomas são equivalentes – uma licenciatura tirada num politécnico deve obrigatoriamente permitir o acesso ao mestrado numa universidade –, há um certo esbatimento das fronteiras. O que para mim é muito importante é que tem de haver diversidade de formações. Umhas devem necessariamente ser de cariz politécnico, outras de cariz universitário e há formações que, em rigor, não sei sequer enquadrar: não sei se as formações artísticas são politécnicas ou universitárias, são uma terceira espécie. Tem de haver uma grande diversidade e essa especificidade tem de ser respeitada, porque as trajectórias académicas são diferentes mas não há nada que obrigue a uma separação no plano institucional. É um erro do ponto de vista estratégico. Uma sociedade do conhecimento não pode criar fronteiras rígidas entre formações e escolas.

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA

**“ Tem de haver
diversidade de
formações na sociedade
do conhecimento.**



E é isso que tem acontecido em Portugal?

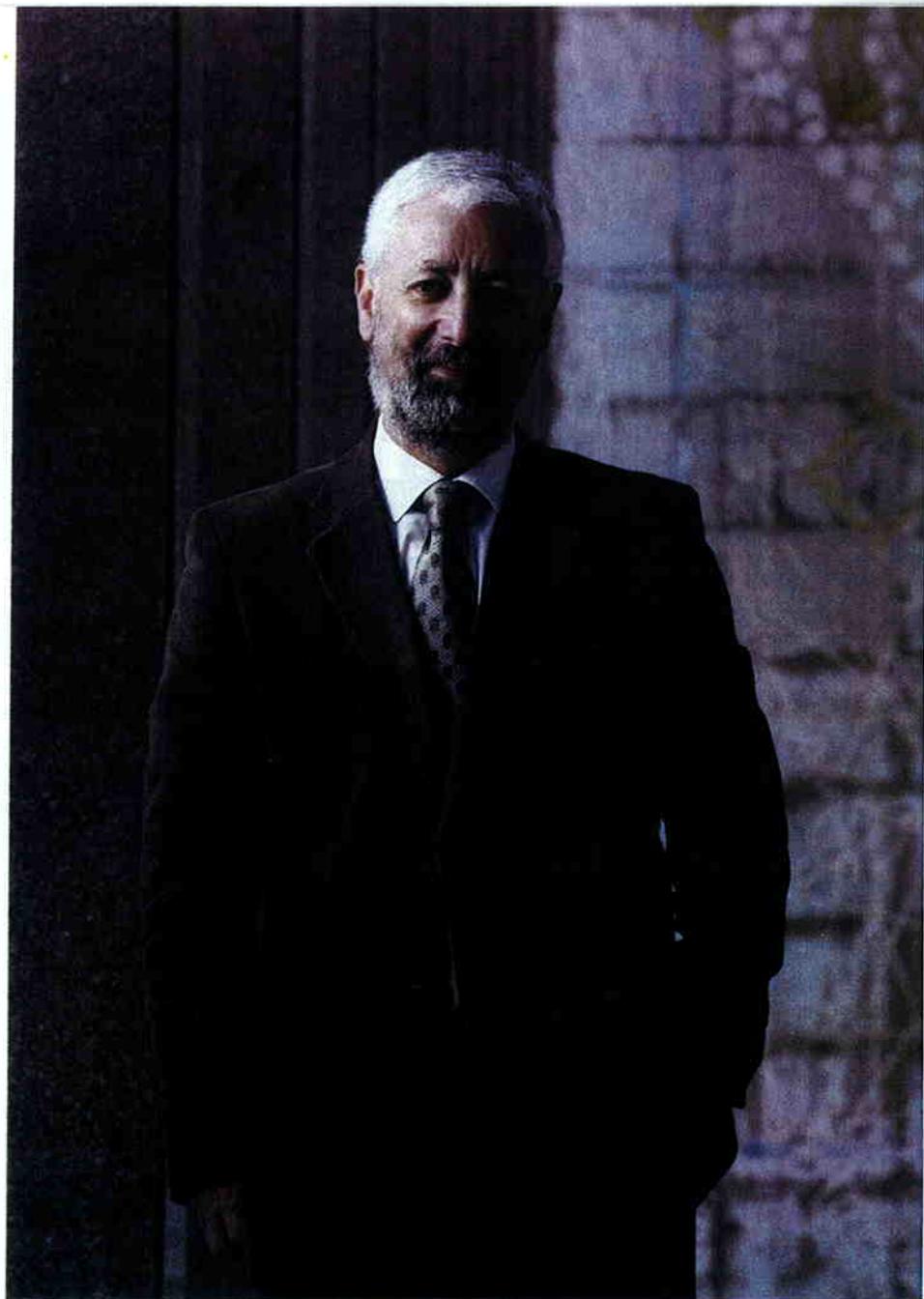
Nos últimos tempos é isso que está a acontecer em Portugal, sim. Apesar de o programa do Governo apontar para uma maior proximidade entre politécnicos e universidades, na prática a política não tem sido essa.

Segundo a tese de *O Financiamento do Ensino Superior*, da professora Luísa Cerdeira, as famílias portuguesas gastam onze por cento do PIB *per capita* para frequentar a universidade (mais do dobro de alguns países europeus) e são as que menos apoios recebem face aos gastos com o ensino. Como se explica isto?

Portugal teve nos séculos XIX e XX um afastamento dramático da cultura escolar e universitária. O número de jovens que chegavam à universidade era ridículo. Nos últimos trinta anos fizemos um esforço gigantesco e o número de estudantes no ensino superior aumentou dez vezes. Foi uma expansão sem precedentes e sem comparação com outros países. Só que ainda não chega, é preciso continuar, e é por isso que todas as recomendações internacionais vão no sentido de um reforço do investimento público na área do ensino superior, de modo a diminuir as desigualdades no acesso à universidade – um drama que subsiste. Existe uma lógica social ainda muito marcada na qual os mais pobres têm mais dificuldade em entrar na universidade do que os mais ricos e têm também menos sucesso. É uma dupla discriminação. Devemos construir políticas públicas que superem tais desigualdades.

Nesse caso, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2009 vem apertar ainda mais o gargalo financeiro imposto às instituições do ensino superior público...

Num momento em que o Governo definiu como prioridade a redução do défice público era normal que as universidades participassem nesse esforço – e nisso elas deram um sinal muito positivo. O que já não é normal é que além dessa redução tivesse sido retirado às universidades cerca de onze por cento do seu orçamento para a Caixa Geral de Aposentações. Porque esses onze por cento estão escondidos nas estatísticas. Quando se diz que o orçamento para as universidades em 2009 foi x, na verdade foi x menos os onze por cento que nos foram retirados. E foi este corte por baixo que causou grande parte dos problemas às instituições e as colocou no debate mais medíocre e rasteiro que se pode ter: enquanto nos outros países da Europa se discutem grandes projectos para as universidades e o modo como elas podem contribuir para o desenvolvimento e



para sair da crise, aqui discutimos se há, ou não, dinheiro para pagar salários! Num discurso recente, Barack Obama anunciou que vai apostar num novo modelo de educação com destaque nas ciências, na matemática e na engenharia, porque se essa formação científica se traduzir em aplicações no campo tecnológico terá vantagens significativas na economia. É uma visão acertada?

Portugal tem um enorme défice de cultura científica. Até ao último quartel do século XX esse défice acentuou-se por razões políticas e institucionais, e agora as universidades têm de fazer um grande esforço de valorização social e económica do conhecimento. As orientações de Obama são acertadas. Agora, isso

«Este Governo intervém de mais onde não devia, que é na vida das instituições, na sua autonomia, e de menos onde devia, que é na regulação e na avaliação do sistema.»

não pode ser feito em prejuízo de uma formação de base sólida do ponto de vista humanístico, cultural e científico. O que vai definir a qualidade da formação dos nossos estudantes é essa base, essencial para prosseguir estudos e para a inserção no mercado de trabalho. Muitas vezes falta a capacidade de trabalhar, de aceder à informação, de comunicar, de saber escrever, falar, trabalhar documentos

e apresentá-los. Obama, nos seus discursos, tem acentuado até mais esta tónica do que propriamente a científico-tecnológica. Disse algumas vezes que há da parte do Ministério do Ensino Superior uma total falta de coragem política para alterar o que precisa de ser alterado. A que se refere concretamente?

Havia um trabalho imenso a fazer na reorganização da rede do ensino superior, completamente desorganizada ao nível institucional e da oferta dos cursos, e não se fez praticamente nada. Havia que fazer uma alteração profunda ao estatuto da carreira docente universitária, que toda a gente reconhece ser desajustado, e a proposta de alteração que temos agora em cima da mesa é um remendo pouco ambicioso. Havia ainda que estruturar novas modalidades de financiamento do ensino superior, não necessariamente no sentido de mais investimento (que também é necessário), mas de criar outras regras e modalidades que não passem sobretudo pelo número de estudantes porque, quando isso acontece, se abre a porta a uma caça ao estudante que fomenta cursos sem sentido e facilidades de acesso descontroladas e sem critério.

Falta também avaliação?

Claro. Nada se consegue sem modalidades de avaliação muito exigentes. Este governo interveio de mais onde não devia – que é na vida das instituições, na sua autonomia – e de me-

nos onde devia, que é na regulação e na avaliação do sistema. Digo muitas vezes que as reformas matam as mudanças porque, em muitos casos, elas são uma maneira de não se mudar coisa alguma. Há quatro anos o governo acabou com a avaliação que existia nas universidades dizendo que ela era má, endogâmica, não prestava, e eu concordo que havia muitas razões de crítica àquele modelo.

Mas quatro anos depois não existe avaliação alguma...

E há uma desregulação total do ponto de vista da avaliação do sistema. Oigo dizer há quatro anos que há-de haver a Agência de Avaliação e Acreditação, mas ainda não existe. E não funcionou nos quatro anos que foram os mais críticos da transição do processo de Bolonha. Ou seja, quando era preciso que tivesse havido mais avaliação, houve uma total desregulação do sistema. É um caso típico de uma reforma

que mata uma mudança: havia um processo em curso que podia ter sido melhorado e aprofundado e matou-se para coisa nenhuma. Há responsabilidades que têm de ser assumidas.

Bolonha seria então a oportunidade de ouro para fazer o que precisava de ser feito?

Com certeza, sobretudo para introduzir regras claras de avaliação. Como sucedeu em quase todos os países, era preciso ter dado um apoio político ao desenvolvimento do processo e, ao mesmo

tempo, criar regras muito fortes de avaliação. E depois deixar as instituições funcionar. Não quero que haja uma permanente interferência na vida das instituições. Mas quero, e acho legítimo, que o governo – e os contribuintes portugueses que pagam o ensino superior – defina grandes linhas de orientação e faça uma avaliação a sério do cumprimento dessas orientações. Isso, infelizmente, não aconteceu.

«Uma sociedade do conhecimento não pode criar fronteiras rígidas entre formações e escolas.»

PUBLICIDADE

UMA ESCOLA DE NEGÓCIOS CRIADA
S SEGUINTE INSTITUIÇÕES



CATÓLICA



universidade
de aveiro

AEP

Campus da UCP, à Foz do Douro
Rua Diogo Botelho, 1327
4169-005 Porto
T 226 196 260
F 226 196 259

info@ege.pt
www.ege.pt

MBA
INTERNACIONAL

MASTER
BUSINESS
ADMINISTRATION

Colaboração:

ESADE
Business School

Candidaturas até
11 de Julho de 2009

Inscrição nas Redes Alumni
**ESADE
CATÓLICA**

Metade de disciplinas leccionadas
por professores da ESADE

Duas semanas residenciais no estrangeiro

Uma Semana Itinerante
(este ano PUC S. Paulo - Brasil)

Uma Semana ESADE em Barcelona
(no final do programa)

Duração de 1 ano
Setembro 2009 a Julho 2010

Curso de Preparação
para **GMAT**

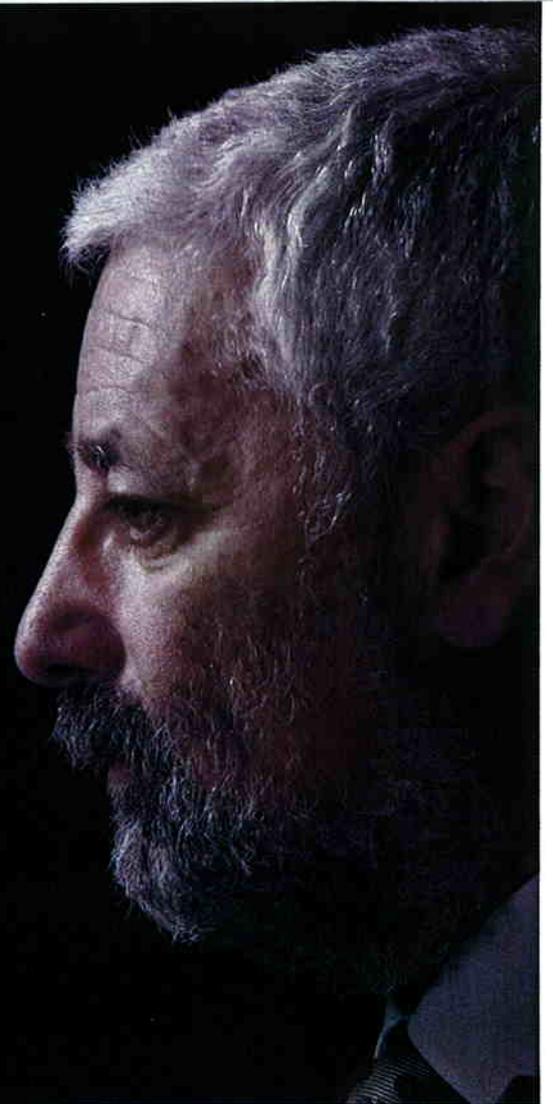
Diploma
EGE/ESADE

ege

ATLANTIC
BUSINESS
SCHOOL

A leveza de um reitor improvável

As carreiras mais fantásticas que António Sampaio da Nóvoa conhece pertencem a pessoas que souberam agarrar uma situação imprevista e daí retiraram algo de positivo para a vida. Ele próprio é um espírito livre que não planeou ser reitor, não se importa com o facto de poder deixar de o ser e vive tranquilo com essa liberdade nascida do desapego. «De todos os candidatos ao cargo era eu o mais improvável!», diz, meio a brincar, referindo-se ao facto de não se ter formado na Universidade de Lisboa, nem vir da Medicina, do Direito ou das Engenharias – é antes doutor em História pela Universidade de Paris IV Sorbonne, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra e professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. «A própria ida para a Suíça não foi planeada: aconteceu porque tinha um carro velho na altura, ele avariou ali perto e não tinha dinheiro para regressar», conta. Aos 54 anos e natural de Valença, o reitor defende os seus ideais de mudança com uma inteligência acutilante, afinada por uma infância feliz no Minho, pela criatividade teatral (foi membro do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e fundador do Grupo Experimental de Teatro da Universidade de Aveiro) e pela influência do pai, o juiz-conselheiro Alberto Sampaio da Nóvoa, que foi presidente do Supremo Tribunal Administrativo e ministro da República para os Açores. E do alto da sua experiência de perceber como poucos os meandros do ensino superior, é ele quem mais se opõe a alguns dos termos do acordo celebrado entre o Estado português e o MIT (Instituto de Tecnologia do Massachusetts), criticando a interferência do governo num projecto que só poderia ser celebrado entre universidades, o excesso de dinheiro gasto com as faculdades norte-americanas (com contrapartidas reduzidas para o ensino português) e a convicção profunda de que a junção entre o ensino e a ciência não resulta clara no processo. «Anda toda a gente contente com isto e não percebo porquê», desabafa.



O ministro Mariano Gago afirma que se vive uma situação de carência de qualificações no país. É a realidade, mesmo estando as pessoas mais sensibilizadas para a formação superior?

Um dos nossos dramas é o discurso medíocre, muito arreigado na sociedade portuguesa, de que há diplomados a mais e vão todos para o desemprego. É um discurso contra a escola, a universidade e a cultura. E enquanto não o conseguirmos ultrapassar não resolvemos nada, porque é ele que conduz aos problemas da matemática e ao desinvestimento no ensino. O programa de Obama defende que todos os jovens americanos tenham acesso ao ensino superior e nós estamos longuíssimo de atingir esse objectivo. Há estudos que indicam que daqui a dez anos metade dos empregos vão exigir formação superior e estamos muito longe de lá chegar. O esforço de democratização do ensino superior tem de continuar. O ministro tem toda a razão quanto a isso.

Mas depois vêem-se milhares de jovens recém-

-formados no desemprego, mal pagos ou a trabalhar em áreas que nada têm que ver com a sua. Onde é que as coisas falham?

Muitas vezes o tecido social e económico não acompanha esta evolução, o que cria zonas de difícil clivagem social e até de gestão das expectativas de cada um.

«É preciso que Lisboa se assuma como cidade universitária de referência, que a marca universitária esteja mais presente do ponto de vista cultural, da formação e da própria cidade.»

Mas as estatísticas do desemprego demonstram que quanto maior é a qualificação, menor é o tempo de permanência como desempregado. Há portanto falta de oferta no nosso mercado de trabalho? Há falta de oferta de trabalho qualificado em geral e há também uma expectativa vinda do passado que se traduz no estatuto do «senhor doutor». Somos o único país do mundo onde uma pessoa, por ter a licenciatura, acha que tem direito a ser «senhor doutor» e a obter um emprego em conformidade. A sociedade divide-se entre os que são doutores e os que não são. É preciso romper esta divisão típica de uma sociedade atrasada e perceber que os níveis de formação são muito im-

portantes para o emprego e o desenvolvimento económico, mas também para se criar novas oportunidades e abrir novos mundos às pessoas. De outro modo, a sociedade do conhecimento é mera retórica.

Ainda há muita mediocridade recompensada no país no quadro das universidades?

Acho que precisamos de níveis mais exigentes de avaliação e de ter um recrutamento mais aberto e internacional, menos protegido, onde as lógicas de premiar o mérito, o talento e a qualidade sejam consolidadas. Isto apesar de ter havido um avanço enorme nos últimos anos.

A formação nas universidades portuguesas está ao nível do que de melhor se faz lá fora?

A formação académica é muito boa. Não creio que seja inferior à das universidades de referência no estrangeiro. O que funciona mal é o facto de os estudantes portugueses estudarem menos e serem pouco autónomos para lá da presença nas aulas, e de a universidade portuguesa estar pouco atenta aos fenómenos de transição para o mercado de trabalho. A preparação do estudante para ser um futuro profissional, a integração no mercado de trabalho ou a possibilidade de o jovem profissional voltar à universidade, se precisar, são ainda aspectos mal resolvidos. ■